Handbook on Biofuels and Family Agriculture
in Developing Countries
Pàtron Editore, Bologna 2011, 264 páginas.

É no âmbito do "Energizing Development", projecto co-financiado pela Comissão Europeia, que a presente obra nasce. Resulta numa cooperação entre instituições e organizações de diversos países do mundo[1] (Alemanha, Itália, Espanha, Roménia, Brasil, entre nós conta com a participação da oikos, organização não-governamental portuguesa), preocupadas com alguma dimensão da questão energética, em destaque quanto ao ambiente. Mostra-se, aqui, indispensável o elogio ao reconhecimento das questões a nível global, problemas ambientais com impactos sem fronteiras, que pedem um tratamento uno.

Focaliza-se na distribuição energética, aparecendo como objectivo a correcção da enorme disparidade registada entre os países mais ricos, e aqueles que se encontram em vias de desenvolvimento[2]. A par disto, procura combater a pobreza – nomeadamente através do acesso à energia renovável e sustentável promovendo simultaneamente o desenvolvimento sustentável mundial - procurando, assim, contribuir para o alcance de dois dos objectivos do milénio estabelecidos também estes em consenso de grande parte dos Estados da comunidade internacional, pela ONU; e, por fim, com propostas energéticas renováveis, assegurar a redução de emissões previstas no Protocolo de Quioto, visando combater as alterações climáticas.

Dividida em quatro partes, a obra, propõe-se a analisar a realidade dos biocombustíveis nos países em vias de desenvolvimento, em especial, em contexto de agricultura familiar (marcada por uma prática rudimentar e de carácter intensivo, contraposta às grandes, tecnológicas e especializadas unidades produtivas particulares dos países desenvolvidos, nomeadamente das potências mundiais), tocando aspectos relacionados com todo o processo produtivo, bem como, os seus impactos enquanto produto final.

Numa fase introdutória, é demonstrada a importância de uma alternativa aos combustíveis fósseis. Se, por um lado, estão em causa recursos escassos oriundos, na maioria, de economias geopolíticas conturbadas que põem em causa a segurança e estabilidade energéticas e têm registado uma crescente luta de preços; por outro lado, é numericamente comprovada a necessidade de alternativas ambientalmente viáveis, devido às emissões de gases responsáveis pelo efeito de estufa que vem provocando as alterações climáticas a que vimos assistindo[3]. Com uma previsão do crescimento em 55% da energia utilizada desde 2005 a 2030, é indispensável o acesso crescente a fontes energéticas renováveis. A cultura de plantas destinadas à produção de biocombustíveis é a forma mais fácil de, a curto prazo, substituir os combustíveis fósseis, muito embora se coloque em discussão a segurança alimentar (em termos de preços e ocupação territorial dos solos férteis).

[1] O que vem explicar a pluralidade de autores, com destaque para: *ANNA GREVÉ, LORENZO BARBANTI* e *SIMONE FAZIO*.
[2] Citando a obra *"Wealthy countries consume more than 50% of the world's total energy whereas the poorest countries consume only 4% of it: 1.6 billion people do not have access to electricity and more than 2 billion depend on biomass stoves for heating and cooking*.", no seu prefácio.
[3] Mais de 80% das emissões de dióxido de carbono ocorridas entre 1970 e 2004 são consequência do uso de combustíveis fósseis.

Mostra-se crescente a preocupação dos países pela alternativa por recursos renováveis, na grande maioria por combustíveis derivados da biomassa, com destaque para o Brasil, EUA e União Europeia tanto quanto à produção como quanto ao consumo.

Termina esta primeira aproximação ao tema com o *estado da arte*, apresentando a distinção daquilo que se entende por primeira e segunda geração de biocombustíveis[4] e quais as fórmulas mais comuns - Bioetanol e Biodiesel - bem como outras opções em evolução tendo em vista, sempre, o melhor desempenho energético e menor impacto ambiental e económico.

A segunda e terceira partes oferecem uma dimensão técnica do ciclo de produção dos biocombustíveis.

Inicia-se (parte segunda), como não podia deixar de ser, na matéria-prima. Oferece-nos uma análise pormenorizada acerca das espécies vegetais idóneas a esta finalidade e quanto ao seu potencial em concreto - avaliando o desempenho sob influência do clima e do tipo de solo - nas várias zonas do globo terrestre. Fundamentado com informações verídicas, específicas de dois locais: África e América do Sul (precisando: Brasil), é adiantado o estudo acerca da influência que o tipo de exploração agrícola tem sobre as plantações (das diversas espécies) surgindo a clarificação do conceito de "agricultura familiar". Disponibilizam-se, desta forma, soluções estratégicas para o cultivo, com sucesso, destinado à produção energética.

Segue-se num momento posterior, o processo tecnológico de transformação das espécies oleaginosas e produção dos biocombustíveis, com referência às transformações químicas e especificidades das substâncias originárias e produzidas.

Na sua quarta e última parte, à qual foram dedicadas cerca de metade das páginas que corporizam a obra, justificativo da sua importância, são levantadas algumas das questões polémicas e, igualmente pertinentes, que giram em torno da opção pela bioenergia.

Ao nível político, o destaque vai para as metas estabelecidas com vista à crescente utilização de biocombustíveis. Chama a atenção, ainda assim, para a necessidade de contabilização dos factores envolventes, e portanto, a prudência com que tais números devem ser impostos – risco de subversão das condições ambientais - não pode ser uma política apenas atenta ao resultado.

A este propósito, só a garantia da sustentabilidade no desenvolvimento da bioenergia, permite ao ambiente satisfazer as suas necessidades de mudança. A acentuada emissão de gases com efeito de estufa num processo produtivo descontrolado; a erosão dos solos; o gasto de recursos como a água ou os fertilizantes biológicos; a contaminação com pesticidas em busca de uma produtividade desmedida; a desflorestação na procura de espaço disponível; a perturbação da biodiversidade e até, em última instância, do ecossistema, são impactos ambientais potenciais que ficam registados na obra, e que têm de ser vigiados e minorados, com o objectivo de tornar esta realidade numa alternativa.

Em termos socioeconómicos, as maiores preocupações focam-se na insegurança alimentar (escassez ou subida de preços) e saúde pública. Procura-se, em especial em contexto de agricultura familiar, que o desenvolvimento se traduza em investimento local, criação de postos de trabalho, inclusão social, diminuição da discriminação em razão do género e melhoria das condições de vida, em resultado, na auto-suficiência e sustentabilidade energéticas (promovendo um sistema de economia fechada - produção e distribuição). Deixando igualmente o alerta para os casos de subversão dos direitos fundamentais dos trabalhadores, expropriação ou privação indevida do uso da terra e garantia da justiça social, em termos de acesso - energia e alimentação.

[4] Coloca-se a tónica na matéria-prima utilizada, sendo oleaginosas passíveis de servir a alimentação quanto à primeira geração; procurando o uso de espécies vegetais não alimentares e aptas ao crescimento em solos pobres e zonas não cultiváveis na segunda e ainda o gasto integral da planta, sem criação de resíduos.

Importa, finalmente, realçar a grande actualidade dos dados numéricos, a explicitação gráfica, citação e remissão para diversos estudos científicos e demonstração factual com recurso a experiências concretas, bem como, elogiar a clareza e enriquecimento que tais manifestações convocam para a obra e a forma como alargam os horizontes de um leitor empenhado num maior contacto com esta realidade.

Numa apreciação global, consegue fundir-se aqui uma análise superficial da temática (na sua parte primeira), com uma secção mais especializada (partes segunda e terceira) concluindo com abordagens referentes a diversas perspectivas (parte quarta: económica, política, social, ambiental e, até, ética) sem nunca perder a visão de conjunto. Permite, desta forma, uma aproximação ao problema por um público diversificado, que tenha contacto ou não com a matéria, visto que possibilita um conhecimento evolutivo acerca da temática sem prejuízo da sua cientificidade.

Cabe ainda, divulgar a sua livre acessibilidade, online, nomeadamente no site da oikos 5), satisfazendo a curiosidade de todos os interessados.

Ana Rita Pais
Mestranda da Faculdade de Direito
da Universidade de Coimbra